

Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: inspiração ditatorial na política educacional brasileira¹

Paulo Henrique da Silva²

Introdução

A ruptura dos governos petistas trouxe remodelações significativas à educação pública brasileira, sobretudo em relação à adoção de novos horizontes para o universo educacional progressista que se firmava no país. A eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República fortaleceu o entusiasmo - germinado no governo Temer - em prol de perspectivas conservadoras para a educação básica pública³, com destaque para o Decreto Presidencial n. 10.009/2019⁴ que tratou do lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM),⁵ gerenciado conjuntamente pelos Ministérios da Educação e da Defesa.

Com a chegada de Bolsonaro ao mais alto posto do Executivo nacional, a educação pública se fez enquanto um campo de batalha ideológica e foi acometida por inúmeras tentativas de interferência na estrutura e no funcionamento de todos os seus níveis, desde o ensino básico ao superior, visando à disseminação de ideais conservadores, neoliberais e militares. Em termos específicos, o ensino superior público foi negligenciado⁶ e rotulado de militante⁷ e a educação básica pública foi sucateada e desvalorizada⁸.

¹ Artigo desenvolvido no âmbito da disciplina obrigatória “Formação do Mundo Contemporâneo”, ministrada no curso de graduação de bacharelado em Ciências Sociais da FGV CPDOC pela Prof^a. Dr^a. Martina Spohr.

² Graduando dos Cursos de bacharelado em Ciências Sociais (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV CPDOC) e em Direito (Escola de Direito do Rio de Janeiro - FGV Direito Rio) da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

³ SENADO NOTÍCIAS. *Novo governo promete mudanças profundas na educação*. Senado Notícias, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao>. Acesso em: 03 dez. 2022.

⁴ BRASIL. *Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União. Brasília, DF, n. 173, seção 1, p. 1-3, 6 set. 2019.

⁵ O PECIM foi posteriormente revogado, em julho de 2023, com o advento do terceiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, através do [Decreto n. 11.611/2023](#).

⁶ ACCARINI, André; MUNIZ, Marize. *Governo Bolsonaro dificulta acesso à universidade e detona o sonho de brasileiros*. CUT Notícias, 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/governo-bolsonaro-dificulta-acesso-a-universidade-e-detona-o-sonho-de-brasileiro-cb91>. Acesso em: 03 dez. 2022.

⁷ NADIR, Patrícia. *“Militância é enorme”, diz Bolsonaro sobre universidades públicas*. Poder 360, 07 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/militancia-e-enorme-diz-bolsonaro-sobre-universidades-publicas/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

⁸ BARRETO, Marcelo Menna. *Relatório aponta redução de verbas para a educação e descaso do MEC com ensino básico*. Extraclasse, 04 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/09/relatorio-aponta-reducao-de-verbas-para-a->

Se a gestão educacional de Bolsonaro não conseguiu abrir caminhos de influência significativa no ensino superior, dada à resistência coordenada institucionalmente pelos discentes e profissionais da educação dessa etapa de ensino, o alvo se voltou à educação básica. Por certo, o ensino básico brasileiro não contou com uma mobilização da oposição progressista tão bem articulada quanto no universo da graduação e pós-graduação para defesa de princípios educacionais básicos, como a liberdade de ensino. Um plano pelo prejuízo intencional do ensino básico público brasileiro parece ter sido colocado em prática e, a partir dele, emergiu um projeto que se vendeu como a solução para os problemas da educação pública no ensino fundamental e médio: as Escolas Cívico-Militares. Assim, o PECIM foi criado e apresentado como um reforço para a ordem e a disciplina no âmbito da educação básica pública brasileira, dando base para a formação do que se buscou cunhar ‘cidadãos de bem’.

O discurso em torno da necessidade de uma educação estatal que preze pela moral e pelos bons costumes não é inédito; ele pode ser facilmente identificado quando se analisa o período da ditadura militar no Brasil. Na tentativa de legitimar o autoritarismo governamental, os militares da ditadura buscaram influir na educação pública, remodelando-a de maneira a, até mesmo, criar uma disciplina obrigatória em todas as etapas de ensino, a Educação Moral e Cívica, para reproduzir premissas conservadoras desde os níveis mais básicos da educação. Vê-se, nessas diretrizes, que “*Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente*”⁹.

Não aparenta ser mera coincidência a semelhança, inclusive, entre as nomenclaturas das alternativas encontradas pelos governos de Bolsonaro e do período ditatorial para a disseminação de perspectivas anti-progressistas e militares na educação pública do país. Assim, observa-se que, alinhados nas mais implícitas entrelinhas de seus projetos de governo, Bolsonaro e os militares da ditadura compartilharam de dois ideais públicos para suas respectivas gestões educacionais: o conservadorismo e a interferência militar na educação pública.

Propõe-se, então, um estudo que identifique e contextualize elementos de tradução da inspiração ditatorial nas Escolas Cívico-Militares do governo Bolsonaro, de maneira a assimilar algumas características imbricadas na condução de uma política nacional de educação pública conservadora - calcada no protagonismo militar no universo educacional. Para tanto, parte-se de uma análise qualitativa sobre as referências bibliográficas e documentais mobilizadas, “*com a compreensão e a internalização dos termos filosóficos e epistemológicos que fundamentam a investigação*”¹⁰, para apresentação de um panorama fidedigno da temática.

[educacao-e-descaso-do-mec-com-ensino-basico/](#). Acesso em: 04 dez. 2022.

⁹ PAVIANI, Bruno. Educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder (1969-1971). *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”*, 11 a 14 de agosto, UFSC, Florianópolis/SC, 2014, p. 4.

¹⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012, p. 622.

Educação e Ditadura Militar no Brasil: o conservadorismo como arranjo central

Não é tarefa difícil considerar a existência de interferência militar na educação pública durante a ditadura brasileira. Neste sentido, um discurso trivial de ilusório combate ao comunismo e necessidade de propagação da moral e dos bons costumes, foi mobilizado para justificar a intervenção militar nas escolas e a ascensão de um governo ilegítimo que se estabelecia na segunda metade do século XX. No ensino superior, “*O regime buscou conter o suposto avanço da ideologia comunista entre os universitários e assegurar o controle administrativo das universidades públicas.*”¹¹ Já na educação básica, a escola era articulada pelos militares como um campo de influência para a construção e disseminação de uma formação moral conservadora dos estudantes, uma vez que “*seria uma das instituições responsáveis por doutrinar os cidadãos de acordo com os objetivos do governo.*”¹²

O ponto de maior demonstração da tentativa de aparelhamento conservador na educação básica pública durante a ditadura militar talvez tenha sido a criação e consequente obrigatoriedade do ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas brasileiras. Os militares do período incumbiram a essa disciplina o legado “*de transmitir à sociedade um conjunto de atitudes e comportamentos representativos de um ideal de “ordem” estabelecido pelo governo, além de servir como mecanismo de reprodução e legitimação do regime militar.*”¹³

Propagava-se, então, um novo horizonte para a educação básica pública, um horizonte de ordem e progresso pautado no acatamento das diretrizes militares de articulação do conservadorismo e do neoliberalismo ao currículo educacional brasileiro. Sobre isso, contextualiza-se que

Apoiando-se nas tradições nacionais, a Educação Moral e Cívica teria por finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da **preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus**; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos **valores espirituais e éticos** da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com **apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade**; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no

¹¹ CZAJKA, Rodrigo; CASTRO, Thiago Bicudo. O poder jovem: memória estudantil e resistência política na obra de Arthur Poerner. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonio; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. (Orgs.). Salvador, BA: Saga, p. 161-188, 2018, p. 174.

¹² PAVIANI, op. cit., p. 2.

¹³ ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; ABREU, Alexandre Kerson. O discurso pedagógico na ditadura militar: Educação Moral e Cívica & currículo escolar. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 387-398, maio/ago. 2016, p. 389.

patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da **obediência à lei**, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.¹⁴

Assim, vê-se que um ponto de destaque da gestão educacional ditatorial foi a disciplina de Educação Moral e Cívica, apresentada, à época, como alternativa para se estruturar uma educação pública religiosa, subordinada e acrítica. Buscou-se, dessa forma, a introdução dos ideais conservadores na educação, utilizando-se de interferência militar no processo pedagógico de construção do conhecimento, para a formação de cidadãos alinhados aos interesses golpistas do período.

Escolas cívico-militares: a militarização da educação pública no governo Bolsonaro (2019-2022)

Jair Messias Bolsonaro nunca escondeu o seu apoio à ditadura militar brasileira¹⁵. O regime ditatorial como um todo muito fundamentou as pautas e os discursos de Bolsonaro enquanto Presidente da República. Nesse sentido, a educação também se instituiu como um campo de reverberações militares e conservadoras durante o mandato presidencial bolsonarista. Não foram raras as vezes em que a gestão Bolsonaro buscou intervir na educação pública para reproduzir perspectivas conservadoras nas mais variadas modalidades de ensino.

Com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, alinhou-se “*um processo de aprofundamento do caráter neoliberal e conservador do Estado*”¹⁶, estabelecido com destaque na educação. Nessa perspectiva, a militarização da educação foi acionada por Bolsonaro para embasar e disseminar, no meio educacional, seu projeto político-ideológico anti-progressista. Assim, convém destacar que:

A expansão da militarização [nas escolas brasileiras] foi impulsionada por duas demandas que se complementam: **a militarização como moeda eleitoral**, visando a agradar determinados setores conservadores em visível crescimento no país; e **a militarização como política de repressão e controle social**, tendo em vista o gradual crescimento dos movimentos sociais (com destaque para o movimento estudantil) a partir de meados de 2010, com o auge em 2013.¹⁷

O Ministério da Educação de Bolsonaro, por sua vez, restou-se representado como aquele que, mesmo sem sucesso em algumas ocasiões, trabalhou pela

¹⁴ CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014, p. 369, grifos meus.

¹⁵ PARAGUASSU, Lisandra. Bolsonaro defende golpe de 1964 e ditadura militar e a compara a seu governo. *UOL Economia*, 31 de março de 2022.

¹⁶ REIS, Livia Cristina Ribeiro dos, et al. Militarização de escolas públicas e o Governo Bolsonaro. In: *Revista de educação, ciência e tecnologia do IFG*, v. 4, n. 2, p. 227-235, 2019, p. 228.

¹⁷ SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. *Cadernos de Pesquisa*, v. 52, 2022, p. 14.

institucionalização da Escola Sem Partido¹⁸ para intimidar e censurar a prática docente no ensino básico, procurou desarticular financeiramente¹⁹ as universidades federais na tentativa de barrar a autonomia crítica das instituições de ensino superior e, ainda, mobilizou pela defesa do *homeschooling*²⁰ para garantir a soberania de valores familiares religiosos frente à oferta e à regulamentação estatal da educação.

Porém, merece ênfase uma política educacional bolsonarista muito bem encadeada institucionalmente, que traz à luz uma alternativa conservadora aos problemas da educação básica pública: as Escolas Cívico-Militares. Instituído pelo Decreto Federal nº 10.004/2019, de 05 de setembro de 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) se apresentou oficialmente - em Cartilha de Orientação pela implementação do Programa - como “*um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e militares*”²¹, em que os militares são incumbidos de compartilhar o gerenciamento da gestão escolar, prezando pela ordem, boa convivência, respeito e disciplina na escola.

Mesmo tentando evitar oposição ao projeto, articulando uma defesa calcada em uma narrativa de que não haveria interferência militar de fato nas escolas com o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o governo Bolsonaro encontrou dificuldades em esconder o protagonismo militar no PECIM. A própria imagem oficial de identificação do Programa, ao expor elementos gráficos que representam apenas um estudante, um militar e o mapa do Brasil, invocam a indagação: qual é o papel do professor nesse Programa? Vê-se que, idealmente, é mínimo - com um objetivo implícito de que fosse inexistente.



Figura 1. Logotipo oficial do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Fonte: Ministério de Estado da Educação, 2019²².

¹⁸ COSTA, Rodolfo. Bolsonaro defende Weintraub e diz que Escola sem Partido está em operação. *Estado de Minas*, 18 de dezembro de 2019.

¹⁹ UOL EDUCAÇÃO. Corte de 30% da verba valerá para todas as universidades federais, diz MEC. *UOL Educação*, 30 de abril de 2019.

²⁰ CARVALHO, Marco Antônio. Ministro da Educação defende homeschooling e diz que socialização pode ser feita “até na Igreja”. *O Estado de São Paulo*, 05 de abril de 2021.

²¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. *Cartilha de Orientação*. Brasília, 2019, p. 3.

²² <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>.

A identificação visual oficial do PECIM denuncia, ainda, “a centralidade atribuída aos militares na educação escolar pública do país, o que representa um ataque aos princípios constitucionais que regem o sistema educacional.”²³. Deste modo, prega-se a subordinação da educação formal ao mundo militar, de maneira que se “descaracteriza a escola pública como espaço de emancipação humana.”²⁴. Perante essa circunstância, o ambiente escolar se restringe à garantia da ordem e da disciplina, e se desvincula de sua essência de aprendizagem crítica e compartilhamento de saberes plurais.

Ainda em termos de propagação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o Ministério da Educação bolsonarista trabalhou em prol de uma apresentação do Programa como propulsor de perspectivas de futuro para a educação pública e para os estudantes por ele atendidos. Em vídeo de propaganda do PECIM, publicado no YouTube em novembro de 2022²⁵, por exemplo, a iniciativa é divulgada pela gestão educacional do período enquanto uma proposta de educação pública inovadora e responsável, que havia sido negligenciada até então: formando crianças e adolescentes não como estudantes, mas como cidadãos.

Ademais, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares essencialmente buscou respaldar a interferência militar na gestão do ensino básico, de modo que seus investimentos gigantescos muito se distanciaram daqueles precários destinados às demais escolas públicas²⁶ e geraram discrepâncias na qualidade do ensino público; diferenças essas que muitas vezes são acionadas para se atacar a continuidade de escolas públicas convencionais e legitimar a militarização do ensino público²⁷. Logo, o PECIM pode ser traduzido numa articulação estatal conservadora pela militarização da educação básica e pelo sucateamento da educação pública formal.

Frisa-se, ainda, que o incentivo estatal do governo Bolsonaro à implementação de escolas cívico-militares em território nacional explicitou a efetivação de mais uma fase de ação do conservadorismo no campo educacional brasileiro. Valendo-se do protagonismo político-ideológico que as concepções conservadoras alcançaram no país nos últimos tempos, sobretudo com a eleição presidencial de 2018, a gestão bolsonarista buscou difundir seus ideais anti-progressistas em múltiplas vertentes, inclusive na educação pública nacional. Nessa conjuntura, nota-se que “em relação às eleições de 2018, o resultado final foi a entrada dos militares no centro do poder político via voto popular”²⁸, sendo o PECIM uma evidência da presença militar no meio educacional.

²³ REIS, op. cit., p. 232.

²⁴ Idem, p. 234.

²⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional das Escolas Cívico Militares*. YouTube, 23 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BreHtYhFYnw>. Acesso em: 29 nov. 2022.

²⁶ ALFANO, Bruno. Mesmo sendo 0,1% das escolas públicas, unidades cívico-militares têm orçamento triplicado. *O Globo*, 14 de maio de 2022.

²⁷ REIS, op. cit., p. 233.

²⁸ ALMEIDA, Ronaldo de. *Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. Novos estudos CEBRAP, v. 38, p. 185-213, 2019, p. 193.

Sobre a intensiva conservadora em temas educacionais, há de se destacar que ela não se restringe à instituição do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, pelo contrário:

Tem havido um interesse mais amplo de atuação e definição na agenda educacional, com participação insistente e intensa dos neoconservadores na elaboração e nas definições do PNE e da BNCC. O campo do currículo é um campo em disputa. As disputas em torno da BNCC deixaram clara a **importância e o interesse que os grupos conservadores e neoliberais manifestaram quanto às definições curriculares e da agenda educacional do país.**²⁹

A educação é temida pelos conservadores, dado o progressismo intrínseco ao compartilhamento de saberes e à construção cidadã do indivíduo no meio escolar. Por isso, iniciativas de interferência no desenvolvimento educacional, sobretudo no ensino público, são mobilizadas por aqueles que temem o levante de uma comunidade escolar crítica e diversa frente ao *status quo* que as elites tradicionais representam e trabalham pela manutenção. Nessa perspectiva, observa-se que:

A história da educação brasileira nos mostra que a luta em defesa da educação pública sempre esteve presente na pauta de movimentos sociais, tanto de movimentos sindicais quanto de organizações estudantis e organizações sociais diversas, em formas também diversificadas de resistência ao projeto educativo burguês a serviço do capital. Dessas lutas, resultaram diversas conquistas na garantia de educação pública que ampliaram o acesso à educação básica às classes menos favorecidas, ainda que marcadas pelas contradições das políticas sociais do Estado capitalista.³⁰

Conclusão

A partir do exposto, conclui-se que a gestão educacional de Bolsonaro muito reverberou as políticas de educação da ditadura militar, uma vez que foram convergentes em institucionalizar influências conservadoras e militares na educação básica pública brasileira. Portanto, sobre o caso do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em específico, “*Importa ressaltar que esse processo de militarização [da educação] tem se respaldado na tradição autoritária do país e nos resquícios de autoritarismo advindos do período de ditadura militar no Brasil (1964-1985).*”³¹ Somado a isso, observa-se que a antiga Educação Moral e Cívica não esteve mais limitada a uma disciplina, pois assumiu a forma de um projeto oficial de escola pública para a educação básica, fundamentada, sobretudo, na militarização em larga

²⁹ LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 45, 2019, p. 13, grifos meus.

³⁰ FERREIRA, Franklin Douglas et al. Educação e cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, p. 312-330, 2020, p. 314.

³¹ Idem.

escala das instituições escolares como alternativa para a disseminação institucional dos valores bolsonaristas.

Certamente, ao minimizar o protagonismo docente no processo de ensino e aprendizagem e o campo de atuação dos gestores educacionais das escolas em que foi implementado, o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares representou um evidente antagonismo à substancialidade da gestão democrática da escola pública, disposta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Compreende-se, portanto, que, “*A escola pública e democrática está em perigo!*”³², haja vista a expansão de uma lógica militarizada e punitivista no meio educacional³³. O Programa corrobora um imaginário persuasivo de ataque às escolas públicas convencionais para alocar as escolas cívico-militares em um patamar deturpado de inovação, responsabilidade e resultados promissores que não corresponde à real situação educacional do país.

Ademais, há de se considerar que o PECIM exprimiou, ainda, a concretização dos princípios conservadores da extrema-direita brasileira, uma vez que a militarização das escolas “*se trata de política pública com vinculação a interesses políticos-ideológicos que se coadunam com o fortalecimento da extrema-direita no país e com o protagonismo crescente dos militares em diversos espaços da sociedade.*”³⁴ A iniciativa bolsonarista explicitou mais do que nunca que a educação é um campo de disputa político-ideológica.

Por fim, é importante destacar a essência de contrariedade do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares às legislações e normativas educacionais vigentes, que prezam por uma educação pautada na pluralidade e na autonomia e representatividade democrática de sua gestão. Com a prerrogativa de intervir militarmente na condução do processo educacional público brasileiro, o PECIM representou uma intensiva estatal pela desarticulação do fazer pedagógico livre. O ensino básico público se tornou alvo de uma experiência institucionalizada de repressão às liberdades que compõem as engrenagens estruturantes do sistema educacional brasileiro.

Os resultados deste trabalho apontam, ainda, para a pertinência de pesquisas futuras que investiguem a existência da correlação entre o PECIM e outras iniciativas educacionais conservadoras de destaque nos últimos tempos, como o Escola Sem Partido e o *homeschooling*, de maneira a identificar os elementos que conferem unidade à ofensiva anti-progressista na educação brasileira.

Artigo recebido em 27.7.2023

Aprovado em 19.9.2023

³² MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? *Retratos da Escola*, v. 13, n. 27, p. 621-636, 2019, p. 633.

³³ *Idem*, p. 633.

³⁴ SANTOS; ALVES, op. cit., p. 14.

RESENHA

***Contra a moral e os bons costumes*, de Renan Quinalha: uma nova contribuição aos estudos das homossexualidades durante a Ditadura**

Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves¹

Resenha dae: QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Introdução

Lançado em 2021 pela editora Companhia das Letras, *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT*, do advogado e ativista Renan Quinalha, é baseado na tese de doutorado defendida pelo autor no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP em 2017. A obra – dividida em uma introdução, 4 capítulos e uma parte conclusiva – possui como principal objetivo mostrar que durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), houve um aparato repressivo de Estado direcionado às homossexualidades ou, como compreendido na atualidade e expresso no título do livro, a comunidade LGBT. Também, a obra visa mostrar as formas pelas quais homossexuais desenvolveram uma resistência a essa repressão.

A Obra

Na introdução, Quinalha traça parâmetros reflexivos que norteiam e justificam a obra. O autor constrói um argumento que sustenta as análises que se seguem no livro: “*O fato de o circuito de controle das sexualidades dissidentes não ter seguido o mesmo padrão e a forma da repressão política em sentido estrito não significa que não houve uma política sexual específica e de caráter oficial*” (p. 29). Esta afirmação possui dois propósitos. Primeiramente, é uma resposta a uma tradição de estudos da Ditadura que, por muito tempo, reduziu o período a apenas um momento de embate político entre o regime e suas oposições armadas e parlamentares. O segundo propósito é de iluminar uma memória da ditadura ainda muito apagada, inclusive, por ex-militantes e resistentes do período, que enxergam a repressão direcionada às homossexualidades como secundária e/ou insignificante, exemplificado pelo episódio narrado por Quinalha referente às reuniões da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2011-2014): “*durante uma discussão acalorada na CNV um dos comissionados revelou sua homofobia ao questionar ‘por que esse tema de viados’ [sic] deveria constar no relatório*” (p. 16).

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a orientação da Professora Doutora Maria Paula Nascimento Araujo e bolsista CAPES.

Quinalha compreende que apesar da homofobia, transfobia e a perseguição de Estado às sexualidades divergentes não terem sido inauguradas pela Ditadura Militar, neste período, o aparato foi intensificado e ganhou novos contornos. Embora o regime não tivesse o objetivo de exterminar fisicamente homossexuais tal qual fez com a luta armada, “*a função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades*” (p. 33), como analisado nos quatro capítulos que seguem à introdução.

No primeiro capítulo, chamado *A violência nas ruas: controle moral e repressão policial*, Quinalha analisa os episódios repressivos mais diretos às homossexualidades do período: a violência de Estado através das forças policiais. Apesar da agressão também ter se direcionado a gays e lésbicas, as principais vítimas foram as travestis, visto o papel de marginalidade que estes indivíduos ocupavam na sociedade de então. É mostrado no capítulo inúmeros episódios de violência as quais as travestis eram sujeitas. Mobilizando da arbitrariedade e das distorções de leis existentes – como a vadiagem, o atentado ao pudor e o ataque à moral e aos bons costumes – a polícia justificava apreensões e até extorsões desses grupos. Ainda, o autor nota que a violência se expandia para o campo simbólico e moral, sendo muitas das travestis presas obrigadas a renegar a expressão de sua identidade de gênero ao serem forçadas a, por exemplo, cortar seus cabelos e tomar hormônios masculinos ou obrigadas, caso presas, a prestar às autoridades atividades como a limpeza de banheiros e cela, em um claro gesto patriarcal de uma sociedade que associa a feminilidade aos afazeres domésticos.

Quinalha não deixa de frisar que, neste conflito entre autoritarismo de Estado e grupos reprimidos, estes exerceram papéis ativos de resistência e luta. Exemplo disto era a forma como, no cotidiano, travestis chegavam a se automutilar com navalhas escondidas na boca para serem levadas ao hospital ao invés da prisão caso abordadas por forças policiais. Aqui notamos uma prática com duas faces: uma sendo mais uma expressão da violência, obrigando estes indivíduos a tomarem tais medidas drásticas para fugirem da repressão; outra sendo uma forma de resistência à opressão vivida. Porém, em um âmbito geral, o maior exemplo de resistência das homossexualidades aos ataques sofridos foram as mobilizações e os protestos em resposta à chamada “Operação Rondão”, organizada pelo delegado José Wilson Richetti na cidade de São Paulo. Respaldada desde o início por uma homofobia explícita e justificada por cinismo, deboche e autoritarismo do delegado, como mostrado pelas falas de Richetti expostas no livro, a operação tinha como objetivo “limpar” a cidade, tirando elementos indesejados das ruas, como prostitutas, travestis e homossexuais. Em resposta, grupos homossexuais unidos de outros movimentos sociais, como organizações feminista e movimento negro, se organizaram e em 13 de junho de 1980 marcharam, em um grupo formado de 500 a 1000 pessoas, até o Theatro Municipal em um protesto que, segundo o autor, se tornou “*uma referência fundamental de resistência para o conjunto do ativismo organizado*” (p. 82).

Em “*Descobrimos que não estávamos sozinhos*”: movimento homossexual na ditadura, segundo capítulo do livro, é narrado o surgimento dos primeiros grupos homossexuais no Brasil na virada da década de 1970 para a de 1980, destacando o pioneiro de todos, o grupo Somos, fundado em São Paulo em 1978. O nascimento destes grupos, que formaram a chamada primeira onda do movimento LGBTQIA+ brasileiro, é analisado por Quinalha a partir de uma realidade de intensas mudanças

sociais e culturais no que tange aos costumes, às expressões de gênero e às sexualidades no Brasil desde a década de 1950. A ascensão de uma vivência homossexual urbana, expressa, por exemplo, na expansão de locais de sociabilidade como bares e boates, foi essencial para que se fosse construída uma espécie de sentimento de comunidade entre os indivíduos que frequentavam esses espaços e compartilhavam deste estilo de vida. Mesmo que o golpe de 1964 tenha posto em recesso este movimento de reestruturação da cultura sexual e dos costumes brasileiros, o advento da contracultura, a abertura política do regime e a derrota da luta armada pela ditadura abriu espaço para que novos movimentos e expressões políticas fossem criadas.

O grupo Somos é o epicentro do capítulo, servindo este, por seu pioneirismo e por ter sido o principal grupo do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no período, como modelo das dinâmicas e dos conflitos que o movimento viveu em sua primeira onda. O autor descreve os inúmeros desafios que o grupo enfrentou em seu início, como problemas financeiros, obstáculos referentes à tentativa de criação de uma voz única a uma comunidade extremamente heterogênea e a dificuldade no processo de autoafirmação e autoaceitação de homossexuais que estavam submersos em uma sociedade ainda pouco solícita a sua existência. Resultado disto, que se soma às expectativas frustradas por razões políticas, foi a enorme rotatividade de integrantes no grupo durante seu primeiro momento.

A grande e mais rica discussão traçada por Quinalha em sua análise da existência do Somos foram as disputas ideológicas internas e a maneira como o movimento inaugurava e construía sua forma de pensar a política e a sociedade. Imersos em um regime ditatorial – cujos órgãos de vigilância, inclusive, permaneceram atentos aos passos do MHB – e de uma oposição à esquerda que reproduzia em grande medida as mesmas práticas machistas e homofóbicas da sociedade do período, os ativistas homossexuais prezaram pela construção de um movimento autônomo, capaz de falar por si só e que propusesse uma nova forma de fazer política. Esta forma achou seu contorno, em um primeiro momento, no libertarianismo da expressão sexual e no rechaço ao autoritarismo presente no regime e nas organizações de esquerda tradicionais. Porém, as reconfigurações em alguns setores da esquerda trouxeram novas ideias de se pensar o então movimento em ascendência. O maior representante disto foi o grupo trotskista Convergência Socialista (CS), a qual Quinalha deduz a possibilidade de ter sido o primeiro grupo da esquerda latino-americana a adotar a pauta homossexual em sua agenda e a permitir, inclusive, a criação de uma facção interna direcionada a esta luta. Logo, a presença marcante de ativistas dentro do *Somos*, ligados à Convergência Socialista, foi o pivô para que se dividisse o movimento entre os que defendiam uma política autônoma e os que acreditassem, como os militantes da CS, na possibilidade de se construir um diálogo e uma ação mútua da pauta homossexual com a socialista.

O auge da disputa se deu durante a manifestação de trabalhadores e sindicatos no 1º de maio de 1980. A ida de ativistas do Somos em solidariedade aos trabalhadores que manifestavam naquele grande evento foi interpretada pelos autonomistas como um processo de cooptação e domesticação da causa homossexual pela esquerda. Resultado disto foi a saída do grupo autonomista do Somos e fundação de um novo e importante grupo do período, o Outra Coisa. Este episódio marca uma

das duas importantes rachas que o Somos enfrentou; a outra foi a desvinculação, em um processo mais harmonioso que o outro racha, do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) do Somos, sob a justificativa da busca de maior independência pelas ativistas lésbicas.

Além dos rachas e das disputas ideológicas, problemas de financiamento, reestruturação de perspectivas políticas e a mudança da relação entre as homossexualidades e outros setores da sociedade colaboraram para o fim da primeira onda do movimento. Foi então que, em 1983, nos anos finais da ditadura, que o pioneiro grupo Somos se dispersou de vez. Porém, Quinalha enxerga o fim da primeira onda de modo não tão fatalista. Para ele, houve um deslocamento para novas realidades e demandas. A chegada da AIDS aproximou militantes homossexuais de órgãos estatais e o surgimento de grupos legalmente reconhecidos inauguraram formas de atuação política não mais de oposição constante ao Estado, mas de cobrança de reconhecimento e políticas públicas por sua parte.

O terceiro capítulo, *Lampião da Esquina*, trata deste jornal que foi uma das iniciativas fundadoras do MHB. Fundado no mesmo ano que o Somos, 1978, o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) era uma expressão de dois movimentos jornalísticos: a imprensa alternativa – formada de periódicos de oposição ao regime, que representavam movimento sociais e que eram construídos de forma independente, diferente da chamada “grande imprensa” – e a imprensa rosa-choque, uma tradição de publicações direcionadas ao público homossexual, popularizada a partir da década de 1960.

O destaque dado ao *Lampião* se dá ao seu impacto cultural e comercial e sua abordagem mais politizada, elevada pelo perfil intelectualizado e pela experiência profissional dos jornalistas e escritores que construíam o corpo editorial. Entre eles, estavam, por exemplo, os escritores João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva, o artista plástico Darcy Penteado, o advogado João Antônio Mascarenhas e o antropólogo Peter Fry. *Lampião* tinha a premissa de evidenciar o que a homossexualidade tinha de positiva e criativa, razão pela qual a linguagem do meio homossexual foi usada com frequência pelo periódico. Evocando a liberdade e conscientização homossexual e a reivindicação do espaço social a esse grupo marginalizado, o *Lampião* redigiu entrevistas com personalidades marcantes das artes e da política do período, publicou matérias e artigos de opinião tratando dos mais variados temas polêmicos a época e serviu como porta-voz a outros grupos marginalizados, como mulheres, negros e indígenas. Isto tudo sem deixar de tratar de produções culturais, de amenidades, fofocas e de colonismo social.

Não demorou muito para que a proposta transgressiva do *Lampião* chamasse a atenção das autoridades de uma ditadura que, embora em processo de abertura política, persistia autoritária. Foi então que em 1979, seu segundo ano de existência, foi instaurado um inquérito que alegava que o jornal feria a Lei da Imprensa por ofensa à moral e aos bons costumes. A investida da repressão instigou um movimento de solidariedade prestado por diversos jornais da imprensa alternativa e da grande imprensa, de entidades e setores da sociedade civil brasileira e de grupos estrangeiros de ativismo homossexual. Após um ano de tramitação lenta e angustiante, o inquérito foi arquivado. Mesmo que vencido, a disputa travada entre o *Lampião* com a repressão não deixou de desgastar o jornal, vítima de uma perseguição política

também expressa por grupos paramilitares que, no período, chegavam a fazer atentados a bomba em bancas que vendiam jornais da imprensa alternativa. Também, como mostrado por Quinalha, o jornal entrou em uma profunda crise no que tange ao seu teor, se vendo dividido entre um setor que defendia uma abordagem que favorece as vendas, incluindo no periódico uma linguagem mais leve, manchetes mais sensacionalistas e até elementos eróticos, e um setor que lutava pela seriedade e fidelidade do jornal com uma pauta mais politizada. Traçando íntima relação com os grupos de ativismo homossexual do período, o jornal se viu imerso nas disputas que estes viviam no momento de crise da primeira onda do movimento. O autor analisa que, mesmo que não assumissem de forma clara, o jornal tendia a uma visão mais autonomista do movimento homossexual, o que fez com que, com a ascensão de segmentos menos autonomistas, o jornal e os grupos de militância se afastassem. Quinalha ainda cita outros fatores que contribuíram para o encerramento das atividades do *Lampião*, como o esvaziamento do jornalismo alternativo pelo processo de adoção da grande imprensa das temáticas antes exclusivamente por eles tratadas, a crise financeira e inflacionária do início da década de 1980 e a própria essência vanguardista do jornal, que não o dava o caráter de construção de hábitos.

No quarto e último capítulo, *A censura em nome da moral e dos bons costumes*, o autor analisa mais um aspecto da repressão às homossexualidades: a censura. O aparato de censura – intensificado e, como visto com a violência policial, pautado em arbitrariedades durante a ditadura – serviu como ferramenta de Estado que refletia o preconceito e o moralismo dos setores que o constituía. Pautados sobre o termo vago “moral e bons costumes”, a ditadura mobilizava aparatos legais para exercer sua repressão à liberdade de expressão dos indivíduos nas artes e na mídia.

Quinalha analisa no capítulo diversos episódios em que, sobretudo, 6 diferentes meios de comunicação sofreram com os órgãos de censura: televisão, teatro, cinema, canção popular, livros e jornais/revistas. Entre os exemplos, destaca-se, primeiramente, o caso televisivo. Os alvos da censura iam desde novelas a personalidades como Clodovil Hernandez e Clóvis Bornay, homens efeminados que participavam de programas de auditório. No caso da perseguição a esses indivíduos, é destacado a maneira como eles se popularizaram na televisão como uma expressão caricata de algo a ser visto como diferente e jocoso pelo grande público. Em contrapartida, esses mesmos aspectos que alavancavam a audiência dos programas, eram alvos de constantes críticas da sociedade civil conservadora que demandava medidas dos órgãos de censura. A conclusão do autor quanto a isto é que a conjuntura de ditadura deu, aos segmentos moralistas da sociedade, investimento para que exigissem do Estado medidas que, fantasiadas de “defesa da família”, se constituíram como uma expressão do preconceito institucionalizado. O outro exemplo que merece destaque foi o caso da literatura, mais especificamente da repressão sofrida por Cassandra Rios, escritora que abordava a lesbianidade em sua obra e cujo sucesso comercial a fez a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos. Rios, em contrapartida, foi a autora mais censurada na ditadura, mesmo que parte das suas obras censuradas antecedessem ao período. Mesmo que tenha persistido até a promulgação da Constituição de 1988, os aparatos de censura ficaram enfraquecidos ao final da ditadura. O apoio popular em defesa da flexibilização da censura cada vez mais aumentava e até mesmo membros do Estado reconheciam a inviabilidade de se manter algumas políticas de repressão das artes, da mídia, da imprensa e da cultura.

Considerações Finais

Ao longo de toda a obra, Quinalha traça um diálogo direto com um cânone de estudos da história das homossexualidades do Brasil, representado pela forma que entra em consonância com os parâmetros teórico-metodológicos desenvolvidos pelo historiador James N. Green em *Além do Carnaval* (2019), e mobilizando como fontes obras como *Devassos no Paraíso* (2018), do escritor João Silvério Trevisan, e *A Construção da Igualdade* (2018), do antropólogo Edward MacRae. Em certa medida, o livro de Quinalha contribui a este cânone não apenas por servir como um diálogo entre visões historiográficas diferentes – como às concepções de Green e Trevisan acerca do fim do grupo Somos –, mas por aprofundar, pautado em uma análise intensa de periódicos, documentos oficiais da repressão e narrativas testemunhais, os estudos da repressão às homossexualidades pela ditadura.

Algumas reflexões são tiradas acerca da leitura de *Contra a moral e os bons costumes*. Primeiramente, uma provocação: por que não entender as experiências homossexuais entre 1964 e 1985 como processos independentes que estavam em diálogo com a ditadura de então, ao invés de reduzirmos as vivências sociais e políticas de homossexuais como consequências de um regime ditatorial, algo que constantemente ficou subentendido na análise de Quinalha? Ao compreender as experiências das homossexualidades de forma independente, mas em diálogo com o período, vê-se com mais clareza as continuidades de uma cultura que antecede o golpe de 1964 e prossegue com a abertura. Também, esta compreensão desconstrói uma visão demasiadamente estruturalista, que tende a enxergar os homossexuais como agentes políticos passivos e suas ações como submissas à conjuntura.

A segunda reflexão diz respeito às possibilidades de futuros estudos abertos pela pesquisa de Quinalha. Pode-se citar dois exemplos. O primeiro, uma análise mais ampla das consequências que a Ditadura Militar, em específico, deu à construção da homofobia e transfobia de setores conservadores da sociedade brasileira contemporânea – algo apenas exposto pelo autor, de forma breve, nas conclusões finais (p. 280). O segundo, uma análise da participação feminina como agentes do Estado na repressão em defesa da “moral e dos bons costumes”. Percebe-se que muitos dos documentos de Estado analisados por Quinalha, sobretudo referentes à censura, foram produzidos por mulheres. Chama a atenção ações reprodutivas da cultura patriarcal e machista do regime terem tido uma participação feminina expressiva.

Bem detalhado, instigante e rico, *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT* é uma obra que não somente já se consolida como um marco incontornável do cânone de estudos da história das lutas políticas e vivências das homossexualidades durante a Ditadura Militar Brasileira, como, provavelmente, é o trabalho mais importante sobre o tema nos últimos 20 anos.

Resenha recebida em 31.3.2023

Aprovado em 11.5.2023